



**DECRETO Nº 2.371, DE 27 DE JANEIRO DE 2023.**

**“Dispõe sobre a divulgação à eventuais interessados da relação de pessoas físicas habilitadas a receber títulos de propriedade do loteamento denominado Jardim Mariita A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, e dá outras providências.”**

**LEONARDO ROBERTO FOLIM**, Prefeito do Município de Iperó, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o disposto artigo 10º da Lei Complementar nº 91, de 19/12/2013 (alterada pela Lei Complementar nº 107, de 12/2/2015);

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Ficam habilitadas a receber os títulos de propriedade do loteamento Jardim Mariita, D, E, G, e L conforme matrícula, lote, quadra, rua/ avenida, metragem e beneficiário, as pessoas físicas abaixo indicadas:

<b>Matricula</b>	<b>L</b>	<b>Q</b>	<b>Rua/ Avenida</b>	<b>M²</b>	<b>Beneficiário (a)(s)</b>
14.872	50	D	Avenida José Rocha	138,22m²	Priscila Florentino de Almeida Guerra e Marcos Lazaro Guerra, Paula Carolina Florentino de Almeida
18.104	39	E	Rua Antonio Aciano Rodrigues	297,83m²	Andreia Viana Dias
17.583	34	G	Rua Antonio Aciano Rodrigues	295,21 m²	Adilson Alves Senne e Ana Lucia Florentino Senne
14.922	35	L	Rua Projetada	309,14m²	Ana Cristina de Freitas e José Cicero Firmino de Lima

**Parágrafo único.** A relação constante do artigo 1º é baseada nos procedimentos administrativos de cada lote devidamente avaliados pela Comissão de Regularização Fundiária Municipal e homologados pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos da Lei Complementar nº 91/2013 (alterada pela Lei Complementar nº 107/2015).

**Art. 2º.** Eventuais interessados poderão apresentar reclamações ou discordâncias, por meio de requerimento escrito e devidamente fundamentado contra erros e omissões, via protocolo junto a



Prefeitura Municipal de Iperó e direcionado à Comissão de Regularização Fundiária Municipal no prazo de até 15 (quinze) dias contados da afixação no paço Municipal.

**§1º.** Apresentada eventual reclamação ou discordância, a Comissão Regularização Fundiária Municipal se manifestará no prazo de 15 (quinze) dias e remeterá o parecer ao Chefe do Poder Executivo para decisão no prazo de 15 (quinze) dias.

**§2º.** A suscitação de dúvidas ou litígios fundamentados, enquanto não julgadas ou enquanto perdurar tal situação, impedirá a expedição do título de propriedade.

**§3º.** Julgadas as reclamações, ou não as havendo, serão expedidos os títulos de propriedade através da respectiva escritura de alienação gratuita, conforme disposto no artigo 5º da Lei Complementar 91/2013 (alterado pela Lei Complementar nº 107/2015).

**Art. 3º.** As despesas com a lavratura das escrituras e respectivos registros serão suportadas pelos beneficiários.

**Art. 4º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ, EM 27 DE JANEIRO DE 2023.**

**LEONARDO ROBERTO FOLIM**

Prefeito Municipal

Publicado nesta Secretaria, em 27 de janeiro de 2023.

**LUCIO GONÇALVES DA SILVA FILHO**

Secretário de Governo